

UMA
RAINHA
INESPERADA

ISABEL DE PINA BALEIRAS

UMA
RAINHA
INESPERADA

LEONOR
TELES

TEMAS E DEBATES

Introdução

Perguntámo-nos muitas vezes se estaríamos a escrever a biografia de uma rainha ou de duas pessoas, no caso, a da rainha D. Leonor Teles e a do rei D. Fernando. Provavelmente, fizemos, de facto, um retrato, ou melhor, uma representação do que foi a vida dos dois. Como disse Georges Duby, «seria ineficaz separar a história da mulher da história do homem»¹, porque se a condição de um se alterou, a do outro também, tanto mais que, na maioria dos casos, o homem e a mulher foram parceiros do mesmo barco, que era o casamento.

É certo que podíamos ter optado por outra via e contar somente a história de Leonor, com base, essencialmente, no que Fernão Lopes deixou escrito. Era tudo mais simples, mais escorreito e, quem sabe, mais atrativo. Contudo, ficaria uma imagem redutora e redundante da rainha, que não acrescentaria nada de novo ao que já foi dito. Efetivamente, do nosso ponto de vista, não corresponderia ao objetivo proposto pela coleção *Rainhas de Portugal*, que visa relatar não só o que já se sabe, como também o que de novo e pertinente se tem investigado sobre estas figuras. E isto porque a História, tal como a corte na Idade Média, é móvel, ou seja, não é uma ciência exata e adquirida, que não possa ser questionada e alterada.

Foi por estas razões que incluímos neste estudo, além das fontes cronísticas de Fernão Lopes e de Pero López de Ayala, não só o resultado da investigação que fizemos à chancelaria do rei D. Fernando e a diplomas avulsos sobre a rainha, como também uma reflexão sobre a vida do monarca, que foi o companheiro principal da vida de Leonor.

Não era fácil ignorar Fernando e o contexto internacional em que o seu reinado decorreu. Tornava-se difícil, por exemplo, explicar a contestação so-

¹ DUBY, 1988, p. 111.

cial ao casamento régio referida pelo cronista, sem perceber as revoltas que ocorreram na Europa e em Portugal, derivadas, entre outros fatores, da Guerra dos Cem Anos, das guerras fernandinas com Castela, das mortes, das destruições por elas causadas, dos maus anos agrícolas, das fomes, dos surtos de peste, da miséria, flagelos estes que assolaram os povos, sobretudo na segunda metade do século XIV.

Também o subcapítulo sobre a linhagem da rainha nos pareceu, à partida, maçudo. Expurgámo-lo por diversas vezes, mas resolvemos mantê-lo, por considerarmos que a ascendência genealógica de Leonor, nomeadamente as ligações às coroas de Castela e de Portugal e às principais famílias fidalgas, que os seus antepassados se esforçaram por desenvolver, foram importantes para Fernando justificar, em praça pública, por que casou com ela. Leonor, afinal, não era nenhuma megera, tinha sangue real como muitas infantas e a sua família tinha relações muito antigas com as principais casas nobres daquele tempo. Por outro lado, talvez as ligações de sangue que Leonor tinha com Castela e Portugal ajudem a melhor enquadrar todo o contexto sociopolítico que envolveu a diplomacia externa do reinado e a sua sucessão. E ainda porque considerámos que fazia sentido incluir na biografia de uma rainha a sua ascendência genealógica, já que é mais um elemento esclarecedor da figura retratada.

De igual modo, também a menção às reformas no reino levadas a cabo por Fernando entre a segunda e a terceira guerras fernandinas se justifica, se tivermos em conta, por exemplo, que a muralha em Lisboa foi construída numa altura em que a própria cidade se oferecera para custear parte da educação da filha herdeira de Leonor e de Fernando, a infanta Beatriz, recentemente nascida.

Há ainda que não esquecer que o contexto histórico em que Leonor viveu foi o do reinado do seu marido. Para percebermos o seu papel político, temos de conhecer as diversas ações governativas em que o rei se envolveu, porque foi no seio delas que a rainha se evidenciou. Referimo-nos, por exemplo, à política diplomática que tratou dos casamentos de Beatriz e da sucessão do trono, assuntos que implicaram sempre a participação de Leonor. E, mesmo na relação com a nobreza, a sua intervenção foi preponderante. Na realidade, a rainha ajudou não só a consolidar muitas das casas fidalgas e clericais daquele tempo, como representou para Fernando a sua companheira de governo, facto este que contribuiu para a distinguir entre os seus pares e a aproximar do monarca reinante. Desta maneira, a parceria entre os dois reforçava a posição da Coroa e a centralização do poder régio que Fernando tentou desenvolver.

Pedimos, pois, ao leitor que tenha alguma paciência, particularmente nas partes referidas acima e que possam parecer, numa primeira abordagem, técnicas e desviantes do objeto principal deste livro, que é o conhecimento possível e subjetivo da vida de Leonor Teles.

O leitor também há de sentir a páginas tantas que não somos imparciais em relação a Leonor e à relação dela com Fernando. A rainha foi ambiciosa e pode ter sido manipuladora, como a historiografia tradicional sustenta, mas o rei manteve o seu espaço de autoridade, mesmo nos domínios em que interferia com os interesses de Leonor. Além do mais, cremos que o casal foi mais parceiro do que inimigo, ou seja, foi cúmplice e conivente em muitas das decisões diplomáticas que tomou. O rei não andou «a reboque» do que pensava e desejava a rainha, como também tem dito a História ao longo dos tempos. Foi influenciado por ela, como pode acontecer com qualquer casal que vive junto e em relativa harmonia, mas não deixou de pensar pela sua cabeça. A necessidade de afirmar esta separação de personalidades e, depois, a sua comunhão de interesses justifica em parte a atenção que decidimos dar ao rei D. Fernando no livro que conta a história da sua mulher. Pese embora esta argumentação, admitimos que possamos ter sido parciais na defesa deste ponto de vista.

A escolha de estudar a figura de Leonor Teles é, já de si, subjetiva e pessoal. Sempre nos atraíram as mulheres belas e fatais e a rainha tinha, e tem, esse estereótipo colado a ela desde que Fernão Lopes existiu e a imortalizou. Por outro lado, como sublinhou Luís Miguel Duarte, são muitos anos a conviver com as figuras estudadas, o que traz proximidade e alguma complacência, sobretudo se a elas estiverem ligados alguns juízos injustos e nem sempre comprováveis¹.

Este livro foi feito no espaço de sensivelmente dois anos, depois de uma investigação de três, para uma tese de mestrado sobre o papel político de Leonor Teles orientada pela Professora Doutora Manuela Santos Silva. A biografia atravessou, por isso, diversas épocas e diversas reflexões e humores.

O que hoje apresentamos é, pois, o resultado de todo este processo de pesquisa e de maturação. Como disse José Saramago numa entrevista televisiva no programa de José Rodrigues dos Santos sobre escritores levada a cabo aquando da publicação do seu último livro *Caim*, a linguagem é mais importante do que a história. Afirmção polémica, é certo, mas nós ficámos a pensar nela. E compreendemos o seu ponto de vista. O que cativa o leitor — julgamos nós que também somos leitores — é a maneira como a história é contada. Se o enredo for rico e interessante, melhor ainda, mas se a narração não for atrativa, o desinteresse e o desnorde apoderar-se-ão do leitor, por

¹ DUARTE, 2007, pp. 14-15.

mais empolgante que possa ser o conteúdo. É por esse motivo que uma mesma história, se for bem contada, pode lê-lo várias vezes, despertando sempre interesse nos ouvintes ou leitores que já a conhecem.

A dada altura, desejámos ser simples e claros no discurso e constatámos que não era tarefa leve, porventura só alcançável depois de feitas muitas reconstruções do processo narrativo. Não sabemos se o conseguimos. Provavelmente não, mas tentámos encontrar um ponto de equilíbrio entre o conhecimento e o prazer da leitura. O leitor julgará e dirá de sua justiça!

Relativamente à organização deste livro, procedemos assim: no exórdio, além da introdução (onde nos encontramos), incluímos um pequeno preâmbulo, uma abordagem à linhagem da nossa biografada e uma reflexão sobre as fontes utilizadas. O texto «Fernão Lopes, a verdade e a história» dá uma informação da vida do cronista, visto que é a partir dele que sabemos o que sabemos da vida da rainha. Por outro lado, alerta-nos para as circunstâncias históricas e políticas que rodearam a encomenda e o trabalho de Fernão Lopes. Entendemos também explicar o que era uma chancelaria régia, o processo de «limpeza» que sofreu a de D. Fernando e as consequências que as diversas depurações causaram na História e no conhecimento que temos hoje deste passado. Tudo isto porque as crónicas lopesianas e os diplomas de chancelaria foram as principais fontes do nosso estudo e o leitor deve ser avisado do contexto que envolveu a sua produção, de forma a melhor compreender o retrato que construímos de Leonor Teles.

A biografia propriamente dita divide-se em cinco partes: na primeira, falamos da vida de Leonor Teles antes de ser rainha; na segunda, contamos a sua história enquanto rainha consorte; na terceira, tratamos da sua regência; na quarta, abordamos o seu exílio; na quinta, refletimos sobre a imagem da monarca na historiografia e na literatura ao longo dos tempos.

No término, o leitor encontrará os anexos. Remetemos para esta parte algumas tabelas documentais (relativas aos diplomas que registaram a participação da rainha no governo de seu marido, aos seus selos e à chancelaria produzida enquanto consorte e depois como regente); o itinerário provável de Leonor, com incursões no de Fernando; a cronologia; as genealogias. As fontes e a bibliografia informarão o leitor dos caminhos que percorremos.

As transições que fizemos ao longo do livro sofreram, de um modo geral, adaptações linguísticas, de modo a tornar mais fácil e agradável a sua compreensão. Resolvemos, igualmente, denominar em português os nomes das pessoas e das terras estrangeiras, porque pensámos tornar assim a leitura mais fluente.

Fernão Lopes, a verdade e a história

As crónicas de Fernão Lopes sobre D. Fernando e D. João I (primeira parte) constituem a fonte do nosso conhecimento sobre a vida de Leonor Teles. Quanto à participação da rainha no reinado de D. Fernando e na regência, é possível encontrar outras fontes, como os diplomas da chancelaria do rei (serviço responsável pela elaboração dos documentos régios) ou outros ligados aos mosteiros com os quais ela se relacionou.

Por ora, debrucemo-nos sobre o cronista e conheçamos um pouco da sua vida e obra na pequena cronologia que se segue:

1380. Nascimento provável de Fernão Lopes, no seio de uma família de camponeses ou de mestrisais, em Lisboa.

1418. Data apontada para o início da sua carreira de guarda-mor da Torre do Tombo. Simultaneamente, foi escrivão de D. João I e do infante D. Duarte.

1419. Por ordem do infante D. Duarte, começou a escrever a *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*¹. Parece ter iniciado, também, as crónicas sobre D. Pedro e D. Fernando e as duas partes da crónica sobre D. João I.

1422. Exercício do cargo de escrivão de puridade (espécie de secretário dos assuntos particulares) do infante D. Fernando.

1434. D. Duarte, agora já rei, oficializou o trabalho de Fernão Lopes, que o deve ter iniciado em 1419. Numa carta de 19 de março de 1434, o monarca encarregou-o de «pôr em crónica as histórias dos reis que antigamente em Portugal foram, isso mesmo os grandes feitos e altos do mui virtuoso e de grandes virtudes el-rei meu senhor e padre, cuja alma Deus ha-

¹ A autoria desta crónica permanece desconhecida, embora alguns historiadores a atribuam a Fernão Lopes.

ja»¹. Em troca deste trabalho, o escritor recebeu uma tença de 14 000 reais anuais. Parece ter-lhe sido, igualmente, passada uma carta de nobreza, usando ele, a partir desta altura, o título de «vassalo de el-rei»; redação da *Crónica de D. Pedro I*.

1437. Início da elaboração da *Crónica de D. Fernando*, cuja redação terá terminado em 1443².

1439. O regente D. Pedro confirmou-lhe a tença concedida por D. Duarte, que falecera no ano anterior.

1443. Final da redação da *Crónica de D. Fernando*; final da redação da *Crónica de D. João, Primeira Parte*.

1449. D. Afonso V aumentou a tença anual do cronista para 20 000 reais anuais.

Final da redação da *Crónica de D. João I, segunda parte*³.

1454. Foi substituído no cargo de «guardador das escrituras do Tombo» por Gomes Eanes de Zurara, devido à idade avançada e a um estado de saúde mais debilitado.

1460. Data provável da sua morte.

As fontes utilizadas pelo cronista parece terem sido:

— crónicas de Pero López de Ayala;

— *Crónica do condestabre*, anónima; redigida possivelmente entre 1431 e 1436;

— crónica latina sobre o reinado de D. João I, que Fernão Lopes atribuiu ao Doutor Christophorus;

— a crónica de Martim Afonso de Melo, mencionada pelo próprio Lopes, no capítulo 47 da *Crónica de D. Fernando*;

— *Livro de linhagens do conde D. Pedro*.

«A obra de Ayala serviu como fonte para cinquenta e cinco capítulos da “Crónica de D. Fernando”, e a “Crónica de Don Juan I” foi aproveitada em setenta capítulos da “Crónica de D. João I”. A utilização da “Crónica do condestabre” como fonte é quase total; apenas oito capítulos não são utilizados por Lopes.»⁴ As fontes narrativas dominaram a pesquisa de Fernão Lopes e a consulta das fontes documentais ocorreu, de forma pontual, somente para completar o relato⁵.

¹ Cit. por SARAIVA, 1981, p. 5.

² DUARTE, 2002, pp. 17 e 21.

³ DUARTE, 2002, p. 21.

⁴ SOUSA, 2004, p. 7.

⁵ MONTEIRO, 1988, p. 88.

Primeira publicação das suas obras¹:

1644. *Crónica de D. João I.*

1735. *Crónica de D. Pedro I.*

1816. *Crónica de D. Fernando.*

A leitura das crónicas, como de toda a outra documentação, deve ser feita com alguma reserva. No caso das crónicas lopesianas, não deveremos deixar de ter em conta que foram escritas entre 1437 e 1443, ou seja, sensivelmente sessenta a setenta anos depois do reinado fernandino (1367-1383) e da regência de Leonor (22 de outubro de 1383 a janeiro de 1384). Esta distância temporal, embora não seja muito acentuada, difere da do tempo em que o cronista castelhano Pero López de Ayala (1332-1407) viveu. É preciso que saibamos, também, que Ayala foi não só cronista, como curador do casamento entre o infante D. Henrique e a infanta portuguesa D. Beatriz; chanceler e alferes-mor do rei João I de Castela (marido da dita Beatriz); vassalo presente nos juramentos ao Tratado de Salvaterra de Magos e participante na Batalha de Aljubarrota, do lado castelhano. Ou seja, ao contrário de Lopes, foi testemunha ocular de acontecimentos passados na época a que nos reportamos, acontecimentos esses muitas vezes relatados nas suas crónicas.

Por fim, é importante ter em conta que a obra de Fernão Lopes resultou de uma encomenda feita pela dinastia de Avis, nos primeiros anos da sua vigência, quando urgia afirmar o reinado dos novos governantes.

A juntar a estes fatores, existe a informação de que a maioria dos documentos que fizeram parte dos livros da chancelaria de D. Fernando (que contém também os diplomas de Leonor Teles) não chegou até nós. Vejamos porquê.

A Torre do Tombo — criada por D. Fernando, em 1378, e instalada no castelo de São Jorge — passou a ser o arquivo onde se guardavam os livros das chancelarias régias. Com o passar dos anos, a desorganização foi-se instalando: «O grande número de livros de registos, o desconhecimento da língua latina e do português arcaico, a ilegibilidade das grafias antigas, o estado de conservação, a proficuidade de traslados e cópias de um mesmo ato, a caducidade das cartas tornavam inútil uma parte dos diplomas guardados e dos registos feitos e, ao mesmo tempo, dificultavam o exame e a consulta dos mesmos.»²

¹ DUARTE, 2002, p. 17.

² D. José Pessanha, «Uma reabilitação histórica: inventário da Torre do Tombo no século XVI», in *Arquivo Historico Português*, 1905, pp. 287-303, in NEVES, 2005, p. 53.

Urgia reformular a Torre. Em 1458, por ordem do rei D. Afonso V, o cronista e guarda-mor da Torre do Tombo, Gomes Eanes de Zurara, iniciou um processo de depuração e remodelação que marcou para sempre a História e que consistiu no seguinte: escolher nos livros de registo antigos os atos dignos de memória e copiá-los para novos livros de registo. Assim, os dez livros de D. Pedro I foram reduzidos a um, os dezassete livros de D. Fernando resumiram-se a dois (Livros 1 e 2, da sua chancelaria), os quarenta e oito de D. João I passaram a quatro e os cinco de D. Duarte a um¹.

Os antigos livros de registo passaram à categoria de obsoletos e foram esquecidos, até acabarem por desaparecer no reinado de D. João III; se no inventário de 1526, feito por Tomé Lopes, guarda-mor da Torre, ainda constavam cerca de setenta desses livros antigos — entre os quais os dezassete de D. Fernando —, no inventário de 1529, elaborado pelo guarda-mor seguinte, Fernão de Pina, a respeito do conteúdo deixado pelo seu antecessor, os mesmos já não foram citados². Assim sendo, só depois de D. João I e, sobretudo, a partir de D. Duarte, voltaram a existir registos primitivos (e não registos reformados), com atos mais numerosos e mais bem conservados do que os livros de chancelaria dos reinados anteriores.

A chancelaria do rei D. Fernando resume-se atualmente a quatro livros. O primeiro e o segundo são cópias do século xv e englobam todo o reinado. O terceiro é um livro original respeitante aos anos de 1381-1383. O quarto tem fólios originais dispersos que compunham alguns dos livros antigos da chancelaria fernandina, contendo atos produzidos nos anos de 1368-1378. Ao fazer a cópia do registo, o escriba riscava-o com um X ou um traço oblíquo, escrevendo por baixo «traslado», passando depois ao registo seguinte, sobre o qual aplicava o mesmo processo.

O leitor deve, pois, ter a noção de que só chegou às nossas mãos a informação que os nossos antepassados quiseram que chegasse. Esta triagem foi feita ao longo do tempo por diferentes agentes. No início, pelos próprios serviços de chancelaria que trabalhavam para D. Fernando, depois pelo próprio Fernão Lopes, que foi guarda-mor da Torre e que teve ainda acesso aos dezassete livros iniciais da chancelaria fernandina, e, por fim, pelas depurações praticadas nos séculos xv e xvi.

A partir do século xx, alguns historiadores chamaram a atenção para a suposta parcialidade do cronista. Horácio Ferreira Alves, por exemplo, alertou para o facto de as crónicas antigas, em que Fernão Lopes se baseou para

¹ NEVES, 2005, pp. 53-54.

² NEVES, 2005, p. 54.

escrever a história dos reis antigos, terem desaparecido depois dele¹. Na sua opinião, este desaparecimento foi intencional, já que a sua existência podia contrariar a «verdade» contada por Fernão Lopes. Enaltecer o reinado de D. João I, cujo filho sustentava o cronista, era imperioso, mas exigia que se deformassem e falsificassem os reinados anteriores, particularmente os de D. Pedro e de D. Fernando, de modo a que o governo de D. João I pudesse sobressair e ser aceite como uma tábua de salvação que reerguia Portugal da crise económica e social em que mergulhara no final do século xiv.

Ana Paula Sousa² sublinhou a urgência da dinastia de Avis em legitimar as suas origens (a bastardia e o golpe de Estado). Isabel de Barros Dias³ afirmou que, quanto mais próximo se está dos acontecimentos narrados, mais feroz é a crítica, embora esta se faça de modo velado, não assumido. Segundo a investigadora, a exaltação dos novos detentores do poder tornava tentador o aproveitamento a partir de figuras marcadas como negativas, tais como D. Fernando e D. Leonor Teles.

E o que teve a dizer Fernão Lopes sobre este assunto? Obviamente ele não escutou os reparos que sucintamente parafraseámos e que desenvolveremos na Parte V deste livro. Mas no seu «Prólogo» à *Crónica de D. João I, primeira parte*, respondeu já a algumas das questões suscitadas. Ao escrever as crónicas dos reis passados e do rei presente (D. João I), Fernão Lopes afirmou que a sua intenção não fora escrever um romance ou deturpar os factos históricos, de acordo com as conveniências afetivas e políticas, como tinham feito alguns historiadores de Castela e de Portugal que se haviam desviado da «direita estrada» e corrido por «semideiros escusos»⁴. Tão-pouco foi buscar a eloquência do discurso, pois «se outros per ventura em esta crónica buscam formosura e novidade de palavras e não a certidão das histórias, desprazer-lhes-á de nosso razoado». O seu objetivo principal foi apenas contar a verdade, qualquer que esta fosse: «nosso desejo foi em esta obra escrever verdade sem outra mistura, leixando nos bons aquecimentos todo fingido louvor e nuamente mostrar ao povo quaisquer contrarias cousas da guisa que avieram». Se errar, foi por ignorância e não por vontade de deturpar a história, visto que «mentira em este volume é muito afastada da nossa vontade»⁵.

Acreditamos que a verdade não é nenhum mito, mas que da mesma realidade surgem sempre diferentes leituras. É uma discussão muito antiga

¹ ALVES, 1927, pp. 28-29.

² SOUSA, 2004, p. 93.

³ DIAS, 2004, pp. 135-136.

⁴ LOPES, *Crónica de D. João, primeira parte*, p. 84.

⁵ LOPES, *Crónica de D. João, primeira parte*, p. 85.

e Fernão Lopes já alude a ela. Na verdade, as fontes em que nos baseamos refletem normalmente a ideologia dominante, mas não necessariamente a realidade¹. A equivalência entre facto e relato não existe, porque um é realidade e outro é narração e representação desse mesmo real. Ou seja, melhor dizendo, não há relato, o que há é recriação, construção de uma realidade a partir de outra ou de outras. E neste processo de transmissão da informação entram sempre em jogo diversos fatores que se prendem com o tempo, com a motivação e as circunstâncias psicológicas, físicas, sociais e históricas envolventes.

Se, para a atualidade, é difícil ser-se exato no que se conta ou escreve, para o passado medieval essa questão assume maior relevância, visto que as fontes rareiam e os que morreram já cá não estão para explicar como tudo se passou. No caso da História das mulheres medievais, as dificuldades são ainda maiores, não só porque a informação é geralmente parca e muito pontual, mas também porque quem a produziu foi, na maioria das vezes, um homem. E este, como lembrou mais uma vez Georges Duby, omitiu frequentemente o que se passava no universo feminino: «Se nos fássemos demasiado nas palavras dos homens, correríamos o risco de cair no logro, pensando que a mulher estava destituída de poderes, numa posição de pobreza [...] Quando o véu se levanta, [...] vislumbramos um mundo feminino fortemente estruturado como uma pequena monarquia que exerce a esposa do senhor, a “dama”, que domina as outras mulheres da casa.»²

Portanto, resta aos investigadores conhecer as fontes possíveis, relacioná-las, cruzar informações recolhidas com outras emitidas por outros estudiosos e interpretar. A História é uma súpula de muitas interpretações que tem, na sua declaração de intenções, o propósito de estar o mais próximo possível da realidade invocada.

E é isso que nos propomos fazer relativamente à vida de Leonor Teles: uma representação com base nos diplomas estudados, nas versões dos crónicas (em especial Fernão Lopes) e nas interpretações de muitos.

¹ DUBY, 1988, p. 117.

² DUBY, 1988, pp. 112-113.